

# RELAÇÕES ENTRE A ÉTICA SOCIAL DE LUTERO E A CONCEPÇÃO DE WEBER SOBRE A ÉTICA PROTESTANTE NO CONTEXTO EDUCACIONAL

## RELATIONSHIPS BETWEEN THE SOCIAL ETHICS OF LUTERO AND THE CONCEPTION OF WEBER ON THE PROTESTANT ETHICS IN THE EDUCATIONAL CONTEXT

ALVORI AHLERT<sup>1</sup>

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE  
alvoriahlert@yahoo.com.br, alahlert@brturbo.com.br.

### RESUMO

Este texto tem como objetivo entender as diferenças entre a ética social de Lutero e as concepções sobre a ética protestante desenvolvidas por Max Weber. A ética social luterana não se inscreve no ascetismo religioso do pietismo e na visão ética do protestantismo calvinista da análise de Max Weber sobre a ética protestante. A tese de Weber não permite creditar à ética social de Lutero vínculos com o espírito do desenvolvimento do capitalismo. O próprio Weber, em nenhum momento, acredita que o espírito do capitalismo se deva a influências da Reforma Luterana ou que o capitalismo como sistema seja um produto da Reforma. Por isso, uma concepção de ética luterana, fundada na ética social de Lutero, permanece como instrumento importante de crítica numa sociedade na qual o ser humano vem perdendo os seus referenciais éticos e a sua base cidadã-comunitária pela ausência da aprendizagem prática destes valores, por estar entregue ao individualismo e ao processo de coisificação efetivado pelo capitalismo industrial e a sua face mercadológica atual que impõe uma cidadania limitada a maioria da população do planeta, conduzido por aqueles que controlam a economia e a política (o dinheiro e o poder) e pela ética do mercado.

**Palavras-chave:** Ética, cidadania, educação, protestantismo.

### ABSTRACT

This text has as objective to understand the differences between the social ethics of Luther and the conceptions on the protestant ethics developed by Max Weber. The lutheran social ethics do not enroll in the religious ascetism of the pietism and in the ethical vision of the calvinist protestantism of the analysis of Max Weber on the protestant ethics. The thesis of Weber does not allow to credit to the social

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação nas Ciências, pela UNIJUÍ, RS, Doutor em Teologia, Área Religião e Educação pelo IEPG/EST, RS, Professor Adjunto da UNIOESTE, membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional e da Linha de Pesquisa Conhecimento e Práxis Educacional.

ethics of Luther bonds with the spirit of the development of the capitalism. The proper Weber, in moment, believes that the spirit of the capitalism if must the influences of the Reformation Lutheran or that the capitalism as system is a product of the Reformation. Therefore, a conception of lutheran ethics, established in the social ethics of Luther, remains as important instrument of critical in a society in which the human being comes losing its ethical referent and its citizen-communitarian base for the absence of the practical learning of these values, for being it delivers to the individualism and the process of coisificação accomplished for the industrial capitalism and its current marketing face that an limited citizenship imposes the majority of the population of the planet, lead for those that they control the economy and the politics (the money and the power) and for the ethics of the market.

**Key-words:** Ethics, citizenship, education, protestantism.

## ÉTICA SOCIAL E CIDADANIA EM LUTERO

O posicionamento ético de Lutero provém do seu retorno à Sagrada Escritura, conseqüentemente, do Decálogo (2). Os Dez Mandamentos são para ele a base ética para a convivência humana de forma justa e ordeira. Sua vivência produz as boas obras para o exercício do Reino de Deus e não para ganhá-lo ou merecê-lo.

Lutero opõe-se à “ética paternalista cristã” em vigor desde a europeização do cristianismo. Em *À Nobreza Cristã da Nação Alemã, acerca do Melhoramento do Estado Cristão*, ele critica o sistema de mendicância que se espalhava por toda a Europa. Propôs que o problema da pobreza fosse resolvido pelos Estados e municípios em consonância com as comunidades. Ataca os ricos que vivem às custas do trabalho dos outros. Remete para o apóstolo Paulo, que diz: “Se alguém não quer trabalhar, que também não coma”. À sociedade de sua época retransmitiu a posição de Jesus: “Digno é o trabalhador do seu salário.” (A BÍBLIA, Lucas 10.7)

---

<sup>2</sup> Lutero trabalha suas posições éticas no livro *Das Boas Obras*, traduzido na versão atualizado como *Ética cristã*. Martim MUTERO. *Ética cristã*.

Em sua luta para que o povo tivesse acesso à formação intelectual, Lutero exigiu do Estado a responsabilidade educacional dos meninos e meninas. Mas não esqueceu que a família tem papel fundamental no desenvolvimento da criança. Lutero queria todos os cidadãos bem preparados, para todas as tarefas na sociedade. Da sua maneira propôs uma escola cristã que visasse, não uma abstração intelectual, mas a uma educação voltada para o dia-a-dia da vida, na qual o ser humano é visto no todo da Criação.

No âmbito da economia fez duras críticas à usura que se desenvolvia vorazmente naquele período. Ataca o luxo dos ricos. “Em primeiro lugar seria sumamente necessária uma ordem e resolução geral na Nação Alemã contra o luxo e os gastos excessivos em roupas, razão do empobrecimento de tanta nobreza e gente rica.” (LUTERO, 1984, p. 138) Prega, escreve e exorta aos pastores para pregarem contra a usura, pois entende que a mesma é a maior desgraça da nação alemã. Para ele os juros são o maior símbolo e sinal do pecado, pois levam à ruína de bens seculares e espirituais ao mesmo tempo. Propõem que se ponham rédeas na família dos Fugger, principais no enriquecimento através do empréstimo de dinheiro. (Cf. LUTERO, 1984, 1339-140) Ataca o comércio que pratica preços além do valor da mercadoria. “Lutero”, diz Marx, “está de Proudhon. Não se deixa enganar pela distinção entre empréstimo e venda, pois em ambos os casos busca e descobre o rastro da usura. O mais notável de sua crítica é que, em seus ataques, entende principalmente que o interesse já esteja fazendo parte integrante do capital.” (MARX, 1974, p. 246) Marx dedica longas páginas a Lutero em sua *História Crítica da Teoria da Mais-valia*, considerando Lutero como o primeiro grande economista que fez a crítica à mais-valia.

Lutero não espiritualiza a realidade. Já no contexto do debate sobre as boas obras, onde confronta a sociedade com as 95 Teses, manifesta sua luta pedagógica cristã no sentido de ensinar aos cristãos a necessidade de inclusão

para se vencer a pobreza e a mendicância. “Deve-se ensinar aos cristãos que, dando ao pobre ou emprestando ao necessitado, procedem melhor do que se comprassem indulgências.” (LUTERO, 1984, p. 38) Nesse sentido, mais incisiva ainda é a Tese 45. “Deve-se ensinar aos cristãos que quem vê um carente e o negligencia para gastar com indulgências, obtém para si, não as indulgências do papa, mas a ira de Deus.” (LUTERO, 1984, p. 9) Ao explicar as petições do Pai Nosso, mostra o quanto a vida humana precisa de condições boas de desenvolvimento. À pergunta sobre o significado da quinta petição “*O pão nosso de cada dia nos dá hoje*”, ele responde que o pão de cada dia é:

Tudo o que pertence ao sustento e às necessidades da vida, como: comida, bebida, vestes, calçado, casa, lar, campos, gado, dinheiro, bens, consorte piedosa, filhos piedosos, empregados bons, superiores piedosos e fiéis, bom governo, bom tempo, paz, saúde, disciplina, honra, leais amigos, vizinhos fiéis e coisas semelhantes. (LUTERO, 1983, p. 374)

Para o reformador, a garantia destas necessidades da vida humana passa por uma educação ética. Esta perspectiva ética que tem seu lugar especial na educação foi construída no contexto de uma escola pública e comunitária. Isso significa que esta eticidade da educação tem implicações democráticas e participativas. Por isso Pauly afirma que “Lutero é um dos primeiros líderes religiosos a fundamentar uma ética democrática, embora não concebesse a democracia como sistema político.” (PAULY, 2002, p. 149)

A partir da sua teologia bíblica, Lutero concebe uma comunidade democrática. Uma comunidade religiosa que, conseqüentemente, constitui toda a vida de uma cidade ou burgo. Daí que a educação deveria tornar-se uma questão pública, social e familiar. Tanto na sua gestão quanto na sua manutenção e planejamento deve envolver e ocupar todos os cidadãos. Pois, conforme Pauly, “Para Lutero, a democracia começa e termina no município (o burgo), base geográfica da comunidade religiosa.” (PAULY, 2002, p. 149) Trata-

se da construção de um poder local por meio de um processo participativo onde todos são responsáveis pela boa condução da comunidade.

Lutero teve grande preocupação com a vida das pessoas nos novos aglomerados urbanos que se constituíam ao redor do comércio, dos serviços e da produção que se ampliou na transição do feudalismo para o modo capitalista de produção. Sua nova compreensão de fé exigia uma nova posição diante da pobreza e da mendicância. Em *À Nobreza Cristã de Nação Alemã, acerca do Melhoramento do Estado Cristão*, Lutero lança um desafio para que as cidades assumissem o enfrentamento da pobreza e viessem a garantir bem-estar, trabalho e cidadania para todos os seus habitantes.

Uma das necessidades mais urgentes é acabar com toda a mendicância na cristandade inteira. Ninguém mais deveria mendigar entre cristãos. Também seria fácil estabelecer uma ordem a esse respeito se o encarássemos com a devida coragem e seriedade. Ou seja: Cada cidade deveria prover os seus pobres, não admitindo nenhum mendigo estranho, seja qual for a sua denominação, quer peregrinos, quer ordens mendicantes. Cada cidade poderia alimentar os seus, e caso for muito pequena, dever-se-ia admoestar o povo nos povoados vizinhos a contribuir com sua parte, uma vez que de qualquer forma teriam que alimentar muitos vagabundos e sujeitos mal intencionados a pretexto de mendicância. Dessa forma também se poderia saber quais são realmente pobres ou não. (LUTERO, 1984, p. 122)

Nesta obra, publicada em meados de 1520, Lutero expressa a amplitude de sua proposta de reforma. Esta não se resume às questões eclesiais. Lutero aponta para a necessidade de reformas que deveriam atingir simultaneamente a sociedade e a política de seu tempo. Uma nova ética social, política e econômica fazia-se necessária.

Os reformadores de Wittenberg, com seu deslocamento do locus da relação com Deus da caridade para a fé, foram capacitados a imaginar uma nova ética social com relação à pobreza. As reformas da sociedade fluíam da reforma da missa. É possível

notar o impacto dessa vinculação quando se atenta para o background representado pelo sistema de assistência ou providência social da Idade Média tardia. (LINDBERG, 2001, p. 138)

Lutero também propôs uma reforma política, econômica e social. Juntamente com sua defesa em favor de uma educação que alcançasse todos os seres humanos sem discriminação, também buscou a instituição de novas regras nas relações político-econômicas, que pudessem garantir a inclusão de quem continua ou estava sendo alienado no novo modelo econômico emergente. Em 1520, proferiu seu Sermão sobre a usura, publicado sob o título “Comércio e Usura”, no qual discute economia política face aos graves problemas éticos que percebe nas novas relações comerciais capitalistas. Ataca a forma de fixação de preços pelos comerciantes. Estes, movimentados pela ganância e o lucro fácil, não olham para a necessidade do povo e impõem preços às mercadorias que o povo não pode pagar. “Dessa forma, o comércio não pode significar outra coisa senão saquear as posses das outras pessoas.” (LUTERO, 2001, p. 10) Por isso preconiza leis que limitam o poder dos comerciantes para que o próximo seja protegido, e sugere:

[...] a forma mais adequada e segura seria que a autoridade do governo nomeasse pessoas sensatas honestas para avaliarem custos de todos os tipos de mercadoria. A partir daí, deveriam fixar o preço máximo que as mercadorias deveriam custar, para que o comerciante possa subsistir e ter seu justo sustento. Assim como em diversos lugares são tabelados os preços do vinho, do peixe, do pão e similares. (LUTERO, 2001, p. 13)

Estas leis precisam ser rigorosas, pois a prática do puro amor cristão é atropelada pelo interesse ganancioso daqueles que colocam o seu coração no dinheiro, nos bens e nas riquezas.

Já ensinei, muitas vezes, que não se deve nem se pode governar o mundo segundo o Evangelho e o amor cristão. Deve-se governá-lo segundo leis rigorosas, com espada e força, porque o mundo é mau e não aceita o Evangelho nem o amor. Antes age e vive

segundo seu atrevimento, se não é obrigado à força. Caso contrário, ao praticar o puro amor, todas as pessoas iriam querer comer, beber e viver bem das posses das outras, e ninguém trabalharia. Cada uma iria tirar o que é da outra. Isso criaria uma situação em que a convivência se tornaria impossível. (LUTERO, 2001, p. 33)

Por isso, o exercício e a execução das leis requerem um governo temporal. Fundamentado nos escritos dos apóstolos Paulo (carta aos Romanos 13. 1,2) e Pedro (1 Pedro 2.13s), Lutero defende a necessidade de um governo temporal que faça valer a lei, e justifica este Estado como instituição divina.

Todos os não cristãos pertencem ao reino do mundo ou da lei. São poucos os crentes, e apenas a minoria age como cristãos, não resistindo ao mal ou até não praticando o mal. Por isso Deus criou para esses, ao lado do regime cristão, outro regime e os submeteu à espada. Isso para que, ainda que o queiram, não possam fazer maldade e, caso fizerem, não o possam fazer sem medo e em paz e felicidade. Assim como se domina um animal feroz com correntes e cordas, para que não possa morder e despedaçar, como é próprio de sua raça, mesmo que quisesse. Um animal manso e dócil não precisa disso. Não faz mal, mesmo estando sem correntes e cordas. (LUTERO, 2000b, p. 18)

Mesmo sabendo das limitações de suas sugestões no sentido de não serem ouvidas, Lutero desafia a autoridade secular a exercer seu governo segundo os princípios cristãos.

Aquele que quiser ser um príncipe cristão tem que desistir realmente da idéia de querer governar e agir com violência. Pois toda vida que se vive e busca proveito próprio é maldita e condenada. Todas as obras não inspiradas pelo amor são malditas. Elas se inspiram no amor quando não se deixam guiar pelo prazer, vantagem, honra, comodidade e salvação da própria pessoa, mas quando procuram a vantagem, a honra e a salvação de outros de todo o coração. (LUTERO, 2000b, p. 57)

Entretanto, Lutero não enxergava uma perspectiva democrática na política em nível de Estados ou de Nação. Em seu tempo não se vislumbrava um poder nacional oriundo de uma vontade popular mediante um sufrágio universal. Mas a

sua proposta de uma reforma social que atendesse às necessidades fundamentais, como comida, trabalho e educação, lhe permitiu ir além do seu tempo. O resgate da comunidade na defesa e cuidado dos pobres e crianças levou-o a pensar e defender propostas de gestão econômicas e políticas participativas a partir da vivência e compromissos comunitários. Para Pauly, “Lutero seria, ao mesmo tempo, na linguagem da ciência política, um democrata moderno no governo municipal e um déspota esclarecido no governo estadual e nacional. Sua eclesiologia e sua política democráticas limitam-se ao município.” (PAULY, 2002, p. 149)

Assim, Lutero desenvolveu o embrião para uma compreensão sobre a importância e as possibilidades do poder local. Um poder que está próximo da população. Esta perspectiva se construiu, sobretudo, na luta contra a pobreza e a mendicância, por meio de uma assistência social organizada de forma democrática. “Lutero é um dos principais líderes religiosos a fundamentar uma ética democrática.”(PAULY, 2002, p. 149)

A organização da assistência social decorre da reforma do culto que Lutero promoveu. Sua teologia reivindica a superação do dualismo que permitia uma separação entre a vida espiritual e as ações concretas do cotidiano. Sua hermenêutica bíblica permitiu-lhe restaurar o sentido do culto cristão. Este deve traduzir-se para dentro da vida, do cotidiano das pessoas. Por isso, o sacramento da Ceia do Senhor deve provocar uma nova ética social, pois, como sinal de uma comunhão radical em Cristo, compromete o ser humano a viver concretamente esta comunhão com a comunidade e com a cidade. A comunidade e a cidade tornam-se um só corpo e seus cidadãos pertencem uns aos outros.

A analogia feita por Lutero entre a relação mútua de sacramento e ética social e os benefícios e responsabilidades da cidadania é notável no que diz respeito à relação entre a Reforma e as cidades. O uso correto do sacramento edifica a comunidade. Desta forma, a pessoa em necessidade recebe a recomendação de que



dirija-se alegremente ao Sacramento do Altar e deponha seu pesar na comunidade, busque ajuda junto a todo o corpo espiritual, assim como um cidadão pediria auxílio às autoridades e concidadãos.(LINDBERG, 2001, p. 142)

Essa ética social constitui-se em uma experiência político-econômica democrática e cidadã introduzida inicialmente em duas cidades. A primeira foi em Wittenberg. Em janeiro de 1522 esta cidade aprovou sua Constituição através de um conselho da cidade. Nela Lutero e Karlstadt fizeram contribuições substanciais. Conforme Lindberg, dos 17 artigos, 14 legislavam em favor de auxiliar os pobres e enfrentar a pobreza. Foi instituída uma caixa comum para servir de custeio aos necessitados, e possibilitar captação de recursos para emprestar a juros baixos para trabalhadores e pequenos artesões com o objetivo de melhorar sua situação de vida e possibilitar melhorias no trabalho e na produção. Mas, para o nosso interesse, a principal contribuição da caixa municipal era o financiamento da educação para as crianças pobres. A captação dos recursos se dava por meio de orçamentos das instituições religiosas e de propriedades pertencentes a igrejas, que foram desfeitas pelo conflito. Quando os recursos não supriam as necessidades, um artigo constitucional previa a arrecadação de impostos entre as diferentes camadas da população.

Muitas das caixas – e ordens esmoleiras, foram publicadas por meio de impressos. Especialmente visíveis e exemplares foram as que Karlstadt influenciou através da Ordem louvável do principado de Wittenberg, de 1522, que foi precedida desde 1521 por variadas ordens medicantes pela inspiração de Lutero, assim como a do prefácio dele que guarnece a caixa comum de Leisnig, de 1523. (LAUBE, 1983, p. 148-149)

A Constituição de Leisnig, elaborada pelo Conselho da cidade, recebeu importante contribuição de Lutero. Nela são definidos os estatutos para a administração da caixa comum, sobre as orientações de como lidar com as propriedades comuns da igreja, sobre o direito e a autoridade das assembléias

comunitárias e sobre a nova ordem do culto nas comunidades. Os objetivos da caixa comum não se restringiram a um assistencialismo para com a população pobre, conforme já apresentado acima. Tratava-se de um programa mais global para superar a pobreza.

Em termos de assistência direta aos pobres, a constituição regulamentou desembolsos em empréstimos e doações para recém-chegados a fim de auxiliá-los a se estabelecer na cidade: para os pobres com casa que, depauperados por circunstâncias fora de seu controle, moravam em sua própria residência e não pediam esmolas em público, a fim de ajudá-los a se firmar num negócio ou numa ocupação; e para os órfãos, dependentes menores, inválidos e idosos, a fim de prover seu sustento diário. (LINDBERG, 2001, p. 148)

Não há dúvida que por detrás dessa organização estava uma dimensão política de cidadania democrática bem significativa e, de certa forma, deslocada no seu tempo. Tal democracia participativa estava adiantada em vários séculos. Em meio ao regime feudal, as cidades inspiradas nestes princípios buscavam, por meio da participação popular, a sua organização política, econômica e social. *No Acordo fraternal da caixa comunitária de toda a comunidade de Leisnig (1523)*, no título que trata sobre bens, reservas e receitas da caixa comunitária, transparece claramente que as decisões acerca do assunto foram construídas coletivamente através de assembleias comunitárias. Vale a pena reproduzir o referido acordo.

A fim de que nossa fé cristã, na qual todo temporal e eterno foi obtido e a nós comunicado por pura graça e misericórdia pelo Deus eterno através de nosso senhor e redentor Cristo, venha a produzir e seja levada a produzir o fruto verdadeiro do amor fraternal e este amor se concretize na verdade e nas obras de bondade e humildade, nós, a assembleia geral antes mencionada, ordenamos, instalamos e estabelecemos unanimemente para nós e nossos descendentes uma caixa comum. Por este documento e por força deste nosso acordo fraternal, ordenamos, instalamos e estabelecemos a mesma para o propósito e da maneira e forma a seguir arrolados.

Atribuições e recursos da caixa comum:

Portanto, nós, a assembleia paroquial e nossos descendentes, doravante queremos alimentar, prover e manter com recursos de nossa caixa comum e através de nossos dez administradores eleitos, na medida de nossos bens e com a graça de Deus, os seguintes títulos de despesas, conforme o respectivo caso, ou seja: despesas com o ministério pastoral; despesas com a sacristia; despesas com a escola; despesas com os inválidos e idosos pobres; despesas com o cuidado das crianças órfãs e pobres; despesas com o cuidado de pessoas sem casa; despesas com o cuidado de migrantes; despesas com manutenção e construção de prédios; despesas com a compra de cereais para estoque [regulador] comum; acrescentar à caixa comum qualquer receita [auferida]. (ALTMANN, 1994, p. 213-214)

A pesquisa de Carter Lindberg (2001, p. 146-147) atesta a organização democrática e participativa da constituição da caixa comunitária. A administração se efetivava através de representantes eleitos pela comunidade. Tratava-se de dez administradores: dois membros indicados pela nobreza, dois membros do Conselho da cidade, três cidadãos comuns da cidade e três representantes dos camponeses. Toda a movimentação financeira devia ser registrada em livros guardados em caixa-forte da igreja, trancados com diferentes chaves segundo os grupos envolvidos no processo. Relatórios trienais deviam ser apresentados à comunidade pelos seus diretores.

A teologia de Lutero exigiu uma população educada. Por isso, a educação representou um item importante no orçamento das cidades. Objetiva-se a construção e manutenção de escolas e o pagamento dos professores, e do poder público era exigido a construção e manutenção de bibliotecas.

Lutero, 250 anos antes, defende a educação básica pública, municipal, financiada com o mesmo valor destinado aos militares e à infra-estrutura comercial! Ou seja, ele imaginava que generais e comerciantes eram tão necessários quanto professores. A cidadezinha de Leisnig tornou-se a primeira comunidade luterana organizada. Seu estatuto foi preservado. Ele dedica um capítulo inteiro à sua escola pública não-estatal! Isto em 1523! A escola da igreja de Leisnig atendia 45 alunos em 1529, numa população de 3 mil habitantes. A escola contava com um professor para os

meninos e uma 'senhora honesta, já de certa idade e irrepreensível', para as meninas menores de 12 anos. Eram eleitos e avaliados pela assembléia paroquial anual, que também definia seus salários. (PAULY, 2002, p. 155)

## CONCEPÇÕES DE WEBER SOBRE A ÉTICA PROTESTANTE

Não temos aqui espaço para uma análise mais profunda do texto de Weber. Apenas desejamos situar nossa discussão sobre ética do protestantismo luterano no contexto da crítica weberiana.

No primeiro capítulo da *Ética protestante e o espírito do capitalismo*, Weber faz uma referência sobre a importância da educação para a cultura protestante, o que, segundo ele, trouxe implicações na alavancagem do capitalismo. Houve uma hegemonia protestante na formação de empresários e dirigentes de empresas capitalistas. Isto ocorreu devido a uma busca maior dos protestantes pelo ensino superior. Weber justifica isso com base numa pesquisa de Offenbacher.

A população de Baden, em 1895 tinha a seguinte composição: protestantes, 37%; católicos 61,8%; judeus, 1,5%. Os estudantes das escolas acima do sistema de ensino público obrigatório, repartem-se todavia da seguinte maneira (Offenbacher pág. 16):

<b>Escolas</b>	<b>Protes. Católicas</b>		
<b>Judeus</b>			
"Ginásios"(Gimnasien)	43%	46%	9,5%
"Ginásios-Modernos" (Realgymnasien)	59%	31%	9%
"Escolas Modernas Superiores" (Oberrealschulen)	52%	41%	7%
"Escolas Modernas" (Realschulen)	49%	40%	11%
"Escolas Superiores Tradicionais" (Höhere Bürgerschulen)	51%	37%	12%
Média	48%	42%	10%

Proporção equivalente é observada na Prússia, na Bavária, no Württemberg, na Alsácia-Lorena e na Hungria.(WEBER, 2002, p.136)

Já os católicos buscaram mais a formação humanística oferecida nos *Gymnasien*, o que pode ter provocado um menor engajamento nas empresas

capitalistas. Weber afirma que, “[...] entre os diaristas católicos parece preponderar uma forte tendência a permanecer em suas oficinas, e tornar com freqüência mestres artesãos, enquanto os protestantes são fortemente atraídos para as fábricas, para nelas ocuparem cargos superiores de mão-de-obra especializada e posições administrativas.” (WEBER, 2002, p.37)

Para Weber, esta perspectiva levou os protestantes a desenvolverem mais o racionalismo econômico, adquirindo um senso econômico de comércio e investimento capitalistas bem mais apurados. Já os católicos, no período analisado por Weber, teriam permanecido mais alheios à voracidade capitalista, decorrente do ascetismo idealístico do humanismo.

Do outro lado, no movimento protestante, desenvolveu-se uma formação ascética calcada numa ideologia que privilegiava as relações entre tempo e dinheiro, crédito e dinheiro, dinheiro e dinheiro, bom pagador e dinheiro. Trata-se aqui das sentenças admoestadoras de Benjamin Franklin citadas por Weber. (Cf. WEBER, 2002, p.44-45) É a constituição de uma filosofia de negócios fundamentada numa “ética peculiar”. “Não se trata de mera astúcia de negócios, o que seria algo comum, mas de um ethos.” (WEBER, 2002, p.46)

Desenvolve-se, assim, um *ethos* utilitarista para um conjunto de normas, regras, costumes salutareos para a convivência humana. Honestidade, regras de pontualidade, iniciativas desenvolvimentistas, criatividade para a produção, tornaram-se objetivos reféns do acúmulo de riquezas e dinheiro. “De fato, o summum bonum dessa ética, o ganhar mais e mais dinheiro, combinado com o afastamento estrito de todo prazer espontâneo de viver é, acima de tudo, completamente isento de qualquer mistura eudemonista, para não dizer hedonista; é pensado tão puramente como um fim em si mesmo, que do ponto de vista da felicidade ou da utilidade para o indivíduo parece algo transcendental e completamente irracional.” (WEBER, 2002, p.47)

Para Weber, esta ideologia acoplou-se aos princípios, vivências e comportamentos religiosos e que, por sua vez, adentrou o núcleo da concepção vocacional para o trabalho. Com a Reforma e o Renascimento, a sociedade hierarquizada, baseada na estrutura feudal de trabalho e fundada na concepção religiosa se fragmentou. O mundo se abriu para a produção e o ócio passou a ser visto como algo condenável. Isso provoca uma ressignificação na questão da vocação. Weber identifica já uma conotação religiosa nos termos *Beruf* e *Calling*, dando à profissão um significado de tarefas confiadas ao ser humano, por Deus. Originado da tradução da Bíblia por Lutero, o termo vocação passou a ter um sentido religioso. “Assim como o significado da palavra, a idéia é nova e é produto da Reforma.” (WEBER, 2002, p.64)

Entretanto, Weber percebeu que o significado religioso da vocação em Lutero alterou-se, evoluindo para uma dimensão secularizada. Por isso, não pode ser creditada a Lutero a ética do trabalho conforme o capitalismo a desenvolveu. A ética social de Lutero permaneceu bíblica. Isso se evidencia nos seus ataques à usura, um dos pilares da acumulação capitalista.

Em primeiro lugar se faz necessário notar que Lutero não pode ser reivindicado pelo espírito do capitalismo no sentido em que usamos o termo anteriormente e nem, aliás, em qualquer outro sentido. Os círculos religiosos que celebram hoje com muito entusiasmo os grandes resultados da Reforma não são amigáveis para com qualquer forma de capitalismo. E o próprio Lutero teria, sem dúvida, repudiado com veemência qualquer ligação com um ponto de vista como o de Franklin.(WEBER, 2002, p.66)

Portanto, o fenômeno da ética protestante relacionado ao espírito do capitalismo não se confunde com a ética social de Lutero. Por isso Weber dirige sua análise ao protestantismo calvinista, ao pietismo, ao metodismo e às seitas batistas.

Valério Guilherme Schaper resume bem esta saída teórica de Weber para concentrar sua análise no calvinismo.

Dentro do calvinismo, Weber toma a doutrina da predestinação e aponta que ela leva à eliminação dos meios mágicos (sacramentais) de obtenção da graça (da salvação). Ou melhor, é a eliminação de qualquer meio. Combinada com a radical transcendentalidade de Deus e a corrupção de toda a matéria, a predestinação lança o indivíduo no âmago da solidão, e sua única confiança deposita-se em Deus. Essa confiança única decreta o fim da confissão, o que contribui em muito para o desenvolvimento da ética calvinista por eliminar os meios de descarga emocional do sentimento de pecado. A consequência disso para a situação religiosa global das pessoas é de total auto-humilhação, tributária da forma que assume o amor fraternal. O mundo existe para a glória de Deus e toda a atividade social é também, primeiramente, *in majorem gloriam Dei*, cujo cumprimento é a execução de tarefas diárias de caráter impessoal e objetivo que, no fundo, é “serviço em prol da organização racional. (SCHAPER, 1998, p.15)

Já o metodismo representou um movimento ascético de renovação da Igreja Oficial da Inglaterra pela via educacional. Mas sua força propulsora capitalista ocorreu na América do Norte com a separação da Igreja Anglicana. Schaper afirma:

O metodismo consegue combinar uma religião emocional com ética ascética racional, ao postular que a base segura para a certeza da salvação é um “puro sentimento de perdão”, testemunhado pelo espírito. Unida a isso está a doutrina de santificação wesleyana que postula que o indivíduo pode obter a santificação, a consciência da perfeição. Assim, o ato emocional da conversão é provocado e, uma vez despertada, a emoção é dirigida para uma luta racional pela perfeição. (SCHAPER, 1998, p.15-16)

O Pietismo, por sua vez, foi talvez a tendência do luteranismo pós-Lutero que mais contribuiu na relação entre a ética protestante e o espírito motivador para o desenvolvimento capitalista, conforme a tese weberiana. Entretanto, Weber reconhece que o pietismo apenas representou um movimento localizado dentro da Igreja Luterana.

O Pietismo foi de início uma cisão do movimento Calvinista na Inglaterra e especialmente na Holanda. Permaneceu frouxamente ligado à ortodoxia, desligando-se dela aos poucos, imperceptivelmente até que pelo fim do século XVII, foi absorvido

pelo Luteranismo, sob a liderança de Spener. Embora seu ajustamento dogmático não fosse completamente satisfatório, manteve-se como um movimento dentro da Igreja Luterana. Apenas a facção dominada por Zinzendorf, afetada por prolongadas influências hussitas e calvinistas dentro da fraternidade moraviana, foi forçada, assim como o Metodismo, contra a sua vontade, a se tornar um tipo peculiar de seita. (WEBER, 2002, p.73)

E, como movimento influenciado pelo pietismo calvinista, resvalou para uma ética individualista contribuindo, assim, para uma religiosidade facilitadora do espírito capitalista.

Prócoro Velasques Filho, investigando a atualidade ética de Bonhoeffer, identifica uma aproximação entre a crítica barthiana e a crítica bonhoefferiana do pietismo. Segundo Velasques Filho, Bonhoeffer identifica uma aproximação entre a crítica barthiana e a crítica bonhoefferiana do pietismo. Ele teria rejeitado o pietismo, acusando-o de constituir-se em religiosidade metafísica, individualista e dependente de um “*a priori*” e de um deus “*ex machina*”.

Como religiosidade metafísica, o pietismo teria fornecido uma visão incompleta e parcial do mundo.

Deus torna-se a superestrutura dos seres que ele atrai a si, facilitando, desta maneira, uma fuga da realidade. Conseqüentemente, o mundo deixa de ser real para se tornar um espelho do sobrenatural. O metafísico interpreta o mundo como sendo o composto de duas esferas distintas e separadas: a esfera da matéria, da história e do homem; e a esfera do espírito, do paraíso e de Deus. A metafísica exige que a realidade seja completada pelo sobrenatural. Mas o cristianismo, com isto, torna-se uma religião da redenção.(VELASQUES FILHO, 1977, p.73)

Além disso, Velasques Filho afirma que “Bonhoeffer caracteriza a religiosidade pietista como individualismo, que cultiva forma de espiritualidade individualista, introvertida, ascética e pietista. Isto levaria o homem, segundo nosso autor, a abandonar o mundo e refugiar-se em si mesmo.” (VELASQUES FILHO, 1977, p.73)



Bonhoeffer ainda acusa a religiosidade pietista de sempre necessitar de um “a priori” e de um deus “ex machina”. A primeira necessidade decorre de uma compreensão peculiar da revelação e que faz da consciência do homem o lugar do encontro deste com Deus e que somente assim o segundo se torna concreto. Segundo Velasques Filho, para Bonhoeffer, “[...] este a priori foi, durante dezenove séculos o fundamento da teologia cristã. Entretanto, ele não tem mais significado para o homem contemporâneo”. (VELASQUES FILHO, 1977, p.74) A segunda necessidade se apresenta quando o homem esbarra nos limites do seu conhecimento ou na falibilidade de sua força. Então recorre a um “deus ex machina”. Este Deus, segundo Bonhoeffer, acaba se tornando supérfluo na medida em que o ser humano avança nos limites do seu conhecimento. “Trata-se de um deus cuja função é fornecer respostas às questões, soluções aos problemas, ajudar e proteger os fracos e incapazes, e curar os enfermos. Bonhoeffer compara esta religiosidade a uma botica de alquimista, onde se encontram remédios para as enfermidades.” (VELASQUES FILHO, 1977, p.74)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluimos, pois, que a tese de Weber não desconstrói nossa leitura interpretativa sobre educação, ética e cidadania na visão de Lutero, que está na base das concepções da reforma protestante. Aqui acompanhamos as conclusões de Schaper ao afirmar que “[...] Weber afasta qualquer hipótese de estar afirmando que o espírito do capitalismo se deva a influências da Reforma ou que o capitalismo como sistema seja um produto da Reforma. O que ele quer demonstrar é que em certos pontos ocorrem ‘afinidades eletivas’.” (SCHAPER, 1998, p.17) Lutero renunciou, com suas críticas e propostas, o desenvolvimento de uma sociedade que distanciou o ser humano de si mesmo. Um ser humano que vem perdendo os seus referenciais éticos e a sua base cidadã-comunitária pela ausência da aprendizagem prática destes valores; entregue ao individualismo

e ao processo de coisificação efetivado pelo capitalismo industrial e a sua face mercadológica atual e que impõe uma cidadania limitada aos que controlam a economia e a política (o dinheiro e o poder) e uma ética do mercado contra uma ética humanista e inclusiva capaz de respeitar as diferenças e reivindicar dignidade e justiça para todos os seres humanos.

Acreditamos que estas discussões asseveram a existência de uma cultura histórica protestante que contribui para um conceito emancipatório e libertador, cuja prática demanda um intercruzamento da ética com a cidadania.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A BÍBLIA Sagrada. Antigo e Novo Testamento. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.
- AHLERT, Alvori. *A eticidade da educação: o discurso de uma práxis solidária/universal*. 2 ed. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2003. (Coleção - Fronteiras da educação).
- ALTMANN, Walter. *Lutero e a libertação*. São Paulo: Ática, São Leopoldo: Sinodal, 1994.
- DUCHROW, Ulrich. *Os dois reinos: uso e abuso de um conceito teológico luterano*. São Leopoldo: Sinodal, 1987.
- LAUBE, Adolf. Martin Luther in der Erbe – und Traditionsauffassung der DDR. In: LÖWE, Hartmut; ROEPKE, Claus-Jürgen. (Hg.) *Luther und die Folgen*. München: Kaiser, 1983. p. 135-159.
- LINDBERG, Carter. *Reformas na Europa*. São Leopoldo: Sinodal, 2001.
- LUTERO, Martinho. *Os catecismos*. Porto Alegre/São Leopoldo: Concórdia/Sinodal, 1983.
- LUTERO, Martinho. *Pelo Evangelho de Cristo*. Porto Alegre/São Leopoldo: Concórdia/Sinodal, 1984.
- LUTERO, Martim. *Ética cristã*. São Leopoldo: Sinodal, 1999. (Coleção Lutero para hoje).
- LUTERO, Martim. *Educação e reforma*. São Leopoldo: Sinodal, 2000. (Coleção Lutero para hoje).

- LUTERO, Martin. *Política, fé e resistência*. São Leopoldo: Sinodal, 2000. (Coleção Lutero para hoje).
- LUTERO, Martin. *Economia e ética : comércio e usura – 1ª parte*. São Leopoldo: Sinodal, 2001. (Coleção Lutero para hoje).
- MARX, Karl. História crítica de la plusvalía. In: ASSMAN, Hugo; MATE, Reyes. (Org.) *Sobre la religión*. Salamanca: Sígueme, 1974.
- PAULY, Evaldo Luis. *Ética, educação e cidadania: questões de fundamentação teológica e filosófica da ética na educação*. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2002.
- SCHAPER, Valério Guilherme. *Max Weber: protestantismo e capitalismo*. São Leopoldo: IEPG, 1998. (Série Ensaios e Monografias - 18).
- VELASQUES FILHO, Prócoro. *Uma ética para nossos dias: Origem e evolução do pensamento ético de Dietrich Bonhoeffer*. São Brenardo do Campo, SP: EDITEO/IMEP, 1977.
- VERBETE PIETISMO. In: *Enciclopédia Histórico-Teológica*. Vol. 3, São Paulo: Vida Nova (A-Z), s. d.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2002. (Coleção A Obra-Prima de Cada Autor).